

Carta de princípios

Maria Rita Marques de Oliveira
Carla Maria Vieira
Lilian Fernanda Galesi
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, MRM., VIEIRA, CM., and GALESI, LF., orgs. Carta de princípios. In: *O tecido da Rede-SANS: histórico, narrativas e reflexões* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 13-15. ISBN 978-85-7983-751-7. Available from: doi: [10.7476/9788579837517](https://doi.org/10.7476/9788579837517). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/s88y6/epub/oliveira-9788579837517.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CARTA DE PRINCÍPIOS

Considerando que,

- I – o trabalho em rede tem grande potencial transformador e inovador;*
- II – as novas tecnologias têm dado grande impulso para a comunicação dos atores sociais;*
- III – o atual modelo de sociedade tem acentuado o individualismo, o consumismo e o imediatismo, desfavoráveis ao desenvolvimento e preservação da sociedade humana;*
- IV – o atual modelo econômico, que privilegia uma minoria, tem ampliado as diferenças na distribuição dos recursos e renda do planeta, e, ainda, encontra-se associado à exploração desordenada e irresponsável dos recursos naturais;*
- V – o desenvolvimento econômico dissociado do desenvolvimento social promove exclusão e furta o direito à cidadania como patrimônio de todo ser humano, na medida em que esse modelo gera fome e miséria;*
- VI – a fome e a negação do direito à alimentação adequada são a expressão extrema da negação do direito à cidadania e mesmo à vida;*
- VII – a alimentação é componente central da história e cultura dos povos e confere identidade e dignidade ao indivíduo em sociedade;*
- VIII – a alimentação saudável, adequada e solidária carrega consigo dimensões fisiológica, sociocultural, afetiva, agregadora e protetora, assim traduzindo suas funções de nutrir o corpo e alimentar a vida;*
- IX – a maioria das mortes de adultos em nossa era é causada por doenças (obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardíacas) atribuídas, em grande parte, às formas de interação do homem com o alimento e com o meio ambiente;*

- X – muitos grupos de maior vulnerabilidade fisiológica e econômica sofrem com a desnutrição (crianças, idosos, enfermos);
- XI – a maioria das doenças de nosso tempo não tem cura, mas podem ser prevenidas, e para isso necessitamos inovar nossas práticas de cuidado com a saúde;
- XII – um cuidado inovador em saúde depende de ação intersetorial e está intimamente ligado à segurança alimentar e nutricional do indivíduo e da população;
- XIII – a sociedade do futuro depende de práticas educativas que promovam ao mesmo tempo o resgate de nossa história e o olhar crítico e criativo para o futuro.

A Rede-SANS tem como MISSÃO articular e envolver pessoas e instituições de diferentes contextos numa ação integrada de defesa e promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária.

Em suas ações, adota os seguintes VALORES E PRINCÍPIOS:

Respeito à vida: respeitar todas as formas de vida, na perspectiva ética do cuidado de si, do outro e do planeta.

Solidariedade: reconhecer as necessidades do outro e partilhar os recursos materiais e afetivos, com o objetivo de construir alternativas para uma sociedade mais justa.

Respeito à diversidade: respeitar o modo singular de ser de cada pessoa, de sua história de vida e das diversas expressões dos grupos humanos, de modo a valorizar a diferença como condição fundamental para uma existência ética, humanística e solidária.

Participação e exercício da cidadania: valorizar o trabalho participativo, priorizando as decisões discutidas e coletivamente pactuadas.

Autonomia e responsabilidade: promover a autonomia do indivíduo para que se torne responsável pelo cuidado de si próprio e pela obtenção de sua subsistência.

Respeito aos bens públicos: adotar princípios éticos pautados na idoneidade, parcimônia, legalidade, transparência, moralidade, em todas as transações de gestão e uso de recursos, sejam eles de qualquer natureza.

Desenvolvimento e sustentabilidade: fomentar o desenvolvimento econômico como consequência do desenvolvimento humano e sustentado por ações de preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Diálogo e cultura da paz: tomar o alimento como caminho para a paz, ao conferir a segurança da comida à mesa e o sentido da confraternização e do diálogo.

Cooperação: valorizar o trabalho colaborativo na divisão de tarefas, bem como incentivar a troca e a disponibilização de bens e serviços em favor do outro.

Direito à informação transparente: difundir e ampliar o acesso às informações de interesse público, sem reservas, em linguagem adequada e compreensível, de forma direta e clara.

Produção e socialização do conhecimento: fomentar a produção e a socialização do conhecimento pautado em evidências científicas e ao mesmo tempo reconhecendo as tradições populares.

Promoção da economia solidária: valorizar e apoiar novas formas de comércio, de maneira a promover o desenvolvimento local.

Bem-estar e justiça social: nas decisões de gestão dos recursos, tomar como referência os princípios de equidade, integralidade, universalidade e participação popular.

Botucatu, 18 de março de 2011